



MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

INFORMATIVO MARÍTIMO

O Informativo Marítimo é uma publicação editada trimestralmente pela Diretoria de Portos e Costas. Suas edições anteriores, a partir da nº 4 - out/dez 2010, podem ser acessadas através da Home Page da DPC na Internet. A reprodução total ou parcial deste Informativo está autorizada desde que mencionada a origem.

Diretor: Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira

Editor: Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) Edgar Nilton de Rezende Barbosa

Jornalista: Alenuska Sayonara Souza da Motta

Revisão: Maria Rita Rodrigues

Diagramação: Wayner Nascimento

Digitação: Servidora Civil Maria de Fatima de Carvalho Furtado

Expedição: Antonia Nunes Barbosa

A capa apresenta a foto de um Inspetor Naval da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro realizando perícia técnica em plataforma de petróleo localizada na Baía de Campos.

Tiragem: 1.500 exemplares



*Brasil
Marinha do Brasil
Diretoria de Portos e Costas
Home Page: <http://www.dpc.mar.mil.br>
E-mail: secom@dpc.mar.mil.br*

*Diretoria de Portos e Costas
Rua Teófilo Otoni, 4 Centro
CEP 20090-070 - Rio de Janeiro-RJ
Tel.: (0xx21) 2104-5214
Fax: (0xx21) 2233-0267*



5 MENSAGEM DO DIRETOR

NOTÍCIAS DA DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

- 7** Comemoração do 146º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha
- 8** 104º Aniversário da Diretoria de Portos e Costas
- 12** Perícias técnicas em embarcações nacionais e estrangeiras e em plataformas de petróleo
- 14** Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático/2011
- 16** II Seminário de Gestão Ambiental do Comando do 6º Distrito Naval
- 22** Empresa norueguesa apresenta novo tipo de embarcação para a realização de transferência de petróleo no mar
- 24** Representantes da PETROBRAS realizam palestra sobre a “Logística de Gás Natural Liquefeito de Petróleo no Brasil”
- 27** Entra em operação o maior navio mineraleiro do mundo
- 27** A Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental na Operação Verão 2010/2011
- 28** Capitania dos Portos da Paraíba é homenageada pelo trabalho desenvolvido na Operação Verão 2010/2011
- 30** Reunião Funcional de Capitães dos Portos do Grupo Hidrovias é realizada em Ladário
- 31** Ativação da Agência Fluvial de Humaitá
- 32** Capitania Fluvial do Tietê-Paraná realiza atendimento móvel na cidade de Itumbiara
- 33** Marinha do Brasil participa do Rio Boat Show 2011
- 35** XI Circuito Poder Marítimo promove a VII Regata Almirante Gastão Motta de remo em escaler

SUMÁRIO

NOTÍCIAS DO ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO

- 36** Juramento à Bandeira dos alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) do CIABA
- 38** CIAGA realiza cerimônia de Juramento à Bandeira dos alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante
- 39** DPC, CIAGA e PETROBRAS celebram Termo de Cooperação em ações educacionais
- 42** Entrega de prêmios do Concurso Literário ZON Letícia Silva
- 44** Simulador de Operações Comerciais Marítimas complementa a formação dos alunos no CIAGA
- 45** Formatura do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM)
- 46** Departamento do Ensino Profissional Marítimo da Capitania dos Portos da Bahia é recomendado para receber o Certificado ISO 9001:2008
- 47** Capitania Fluvial do Pantanal ministra o Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público
- 48** Capitania dos Portos da Amazônia Oriental forma aquaviários no município de Bragança
- 49** Capitania dos Portos da Paraíba realiza prova seletiva para o Curso de Formação de Aquaviários

NOTICIÁRIO INTERNACIONAL

- 50** 42ª Sessão do Subcomitê de Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos
- 51** Seminário Regional da ROCRAM é realizado no Equador

MATÉRIAS DOS REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES MARÍTIMA E FLUVIAL

- 53** Naufrágio do “Comandante Sales 2008”
- 55** A Amazônia Azul



Mensagem do Diretor

É com grata satisfação que me dirijo à Comunidade Marítima para apresentar as matérias mais significativas desta edição do Informativo Marítimo.

O 104º Aniversário da Diretoria de Portos e Costas (DPC) foi um dos destaques do segundo trimestre do corrente ano. Sua comemoração, iniciada no mesmo dia da cerimônia alusiva ao 146º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha –, foi encerrada com a confraternização de todos os seus oficiais, servidores civis e praças no late Clube Icarai, por ocasião da XXXVIII Regata DPC, realizada na Baía de Guanabara.

Considerando que a melhoria contínua da segurança da navegação, da salvaguarda da vida humana nas águas e da prevenção da poluição hídrica é um objetivo permanente desta Diretoria, apresentamos, nesta edição, uma matéria sobre a realização de perícias técnicas em embarcações nacionais e estrangeiras e em plataformas de petróleo, em 2010, por Organizações Militares componentes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário, sob a supervisão funcional da DPC.

Ainda na área da segurança da navegação, destacamos a realização, no corrente ano, do Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático, três anos após o ocorrido em 2008.

No setor do Ensino Profissional Marítimo realçamos as cerimônias de Juramento à Bandeira dos 386 alunos do 1º ano das

Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante, atendendo, assim, às medidas tomadas por esta Diretoria para aumentar a capacidade de formação de oficiais nos nossos Centros de Instrução.

Destacamos, também, a celebração do Termo de Cooperação pela DPC, CIAGA e PETROBRAS, que veio a possibilitar a realização da parte teórica do Curso de Adaptação a 2º Oficial de Náutica (ASON) nas instalações da Universidade PETROBRAS.

Na área do meio ambiente, incluímos uma matéria sobre a realização do II Seminário de Gestão Ambiental, promovido pelo Comando do 6º Distrito Naval com o propósito de difundir, para os públicos interno e externo, as ações empreendidas pela Marinha do Brasil, de forma isolada e em cooperação com órgãos federais, estaduais e municipais, em prol da preservação do meio ambiente.

Apresentamos, ainda, um interessante artigo sobre o julgamento do naufrágio da embarcação “Comandante Sales 2008”, realizado pelos juízes do Tribunal Marítimo, no ano passado.

Na certeza de que o Informativo Marítimo contém várias outras matérias de muito interesse da Comunidade Marítima, desejo a todos uma boa leitura.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA
Vice-Almirante
Diretor



DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MARES E RIOS SEGUROS E LIMPOS



Comemoração do 146º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha



Militares da DPC formados para recebimento da Medalha da Ordem do Mérito Militar.

Foi realizada no dia 9 de junho de 2011, no salão nobre do Edifício Barão de Ladário, a cerimônia alusiva ao 146º Aniversário da Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha.

Após o canto do Hino Nacional, foram efetuadas as leituras da Ordem do Dia do Comandante da Marinha e da Mensagem da Presidente da República à Marinha alusivas à data.



Diretor de Portos e Costas faz a entrega do Prêmio Militar Padrão da DPC ao CB-ES João Reuther Antunes.

A seguir, foi procedida a imposição de Medalhas da Ordem do Mérito Militar a militares da DPC e feita a entrega de platinas e divisas às praças promovidas.

Finalizando a cerimônia, foi entregue o prêmio Militar Padrão ao CB-ES João Reuther Antunes e o prêmio Funcionário Civil

Padrão a SCNI Teresa Cristina Mesquita Vitoriano, por terem se destacado no cumprimento de seus deveres, na conduta

pessoal e profissional, e no desempenho de suas tarefas, no período de junho de 2010 a maio de 2011.



SCNI Teresa Cristina Mesquita Vitoriano é cumprimentada pelo Vice-Almirante Leal Ferreira ao receber o prêmio Funcionário Civil Padrão.

104º Aniversário da Diretoria de Portos e Costas

A comemoração do 104º Aniversário da Diretoria de Portos e Costas foi iniciada no dia 9 de junho, com a leitura da Ordem do Dia nº 1/2011, do Diretor de Portos e Costas, transcrita abaixo.

“É com imensa alegria que celebramos, na data da vitória brasileira na Batalha Naval do Riachuelo – Data Magna da Marinha –, o 104º aniversário de criação da Diretoria de Portos e Costas.

Inicialmente com o nome de Inspeção de Portos e Costas, conforme o Decreto nº 6.509, de 11 de junho de 1907, tinha o propósito de fiscalizar e coordenar as Capitânicas dos Portos, a Marinha Mercante Nacional e os Serviços de Praticagem. Ao longo de sua existência, foram muitas as denominações

que recebeu, até que a Lei nº 1.658, de 4 de agosto de 1952, alterou o seu nome para Diretoria de Portos e Costas.

Com o passar do tempo, novas atribuições foram sendo acrescentadas, como as relacionadas à segurança da navegação, à salvaguarda da vida humana no mar, à prevenção da poluição causada por navios, plataformas e suas instalações de apoio, à formação de Oficiais de Marinha Mercante, à capacitação dos aquaviários que guarnecem os navios e embarcações mercantes nacionais, ao aperfeiçoamento dos portuários e à implantação e acompanhamento do Sistema de Gestão Ambiental nas Organizações Militares (OM) de terra da Marinha do Brasil, dentre outras.



O incremento das atividades marítimas, em consequência, principalmente, das recentes descobertas de petróleo na área do pré-sal e do aumento do nosso comércio exterior estão gerando novas e crescentes demandas sobre a Diretoria de Portos e Costas, um dos principais representantes da Autoridade Marítima Brasileira, obrigando a uma adequação no sentido de atender às suas atribuições.

Na setor do Ensino Profissional Marítimo (EPM), a DPC está enfrentando com agilidade o enorme desafio representado pela busca incessante por marítimos qualificados, em especial Oficiais de Marinha Mercante, por parte das empresas de navegação e de apoio marítimo.

Na área da segurança do tráfego aquaviário, as Normas da Autoridade Marítima (NORMAM) são revisadas constantemente com o propósito de cumprir as atribuições da Autoridade Marítima, tais como: habilitar e determinar o quantitativo dos aquaviários que compõem as tripulações das embarcações; avaliar o projeto e a manutenção de embarcações em níveis de segurança e realizar inspeções das embarcações quanto a segurança; prevenção da poluição hídrica; estabelecer normas para dragagens e obras sob, sobre e às margens das águas, sem prejuízo das competências de outros órgãos; regulamentar o serviço de praticagem e estabelecer normas sobre material de salvatagem, embalagens e equipamentos de uso obrigatório a bordo. Vale destacar dentro do contexto de aprimoramento de capacitação técnica desta Diretoria Especializada, a reativação do Conselho Técnico.

É relevante ressaltar que as perícias técnicas, realizadas em embarcações nacionais e estrangeiras, bem como em plataformas de petróleo e embarcações que operam com petróleo e seus derivados são executadas pelos Distritos Navais com suas 60 Organizações Militares subordinadas (24 Capitania dos Portos, 16 Delegacias e 20 Agências), distribuídas por todo o território nacional, sob a supervisão funcional da DPC.

Quanto ao meio ambiente, cabe mencionar o crescente número de Laudos Técnicos Ambientais elaborados pela DPC visando a atribuição consistente do valor de multas, por ocasião dos incidentes de derramamentos de óleo provenientes de navios e plataformas. Deve-se citar, ainda, a continuidade da realização das Auditorias de Sistema de Gestão Ambiental em OM de terra da Marinha contribuindo para a conformidade de suas atividades com a legislação ambiental. Ainda, nesse contexto, a DPC faz parte do Grupo de Trabalho para aprovação do Decreto de regulamentação do Plano Nacional de Contingência.

Ao completarmos 104 anos, estou certo de que não nos faltará o indispensável apoio da Administração Naval e da Comunidade Marítima para assegurar a continuidade do profícuo trabalho realizado por todos aqueles que fizeram a história desta Diretoria, desde a sua criação.

É, pois, com justificado orgulho que cumprimento a todos os Oficiais, Servidores Cíveis e Praças que, com competência e dedicação, permitiram que esta Diretoria desenvolvesse, adequadamente, suas tarefas relativas à segurança da navegação, à prevenção da poluição do meio ambiente hídrico e à salvaguarda da vida humana no



Cerimônia de hasteamento das bandeiras no late Clube Icaraí.

mar. O legado deixado por nossos antecessores serve como estímulo, a todos nós, para que continuemos almejando a busca pela navegação em Mares e Rios Seguros e Limpos.”

A comemoração do 104º Aniversário da DPC foi encerrada no dia 18 de junho, por ocasião da realização da XXXVIII Regata DPC, na Enseada de São Francisco, na Baía de Guanabara.

O evento teve início às 11h20, com o canto do

Hino Nacional, no late Clube Icaraí (ICI). A seguir, foi realizada a cerimônia de hasteamento da Bandeira Nacional, pelo Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas, da Bandeira do Estado do Rio de Janeiro, pelo Capitão-de-Fragata Marcos Augusto de Castro Leal, Ajudante da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, da Bandeira do Município do Rio de Janeiro, pelo Sr. Roberto Ricardo Pereira de Souza, Presidente do Centro Cultural do Movimento Escoteiro, da Bandeira da Federação de Vela do Rio de Janeiro, pelo Sr. Flávio Luiz Gama, Vice-Presidente Técnico da Federação de Vela do Rio de Janeiro e da Bandeira do late Clube Icaraí, pelo Sr. Carlos Maurício Brandão, Vice-Presidente do ICI.

A largada da regata ocorreu às 13h, tendo contado com a participação de 134 embarcações à vela, com 22 classes distintas e de 276 velejadores.

Durante a regata, patrocinada pela FHE-POUPEX, foi realizado o almoço de confraternização, com as presenças de



Embarcações participantes da XXXVIII Regata DPC.



Participantes do almoço no late Clube Icaraf.

almirantes, diretores do ICI, militares, funcionários e servidores civis da DPC e convidados.

Às 15h30 foi realizado o canto do parabéns, em comemoração ao 104º Aniversário da DPC, e às 17h foi encerrada a XXXVIII Regata DPC.



Canto do parabéns, por ocasião da comemoração do 104º Aniversário da DPC.

Perícias técnicas em embarcações nacionais e estrangeiras e em plataformas de petróleo

Dando cumprimento ao disposto na Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário (LESTA), a Marinha do Brasil, sob a supervisão funcional da Diretoria de Portos e Costas (DPC), faz executar por intermédio dos Distritos Navais com suas 60 Organizações Militares (OM) subordinadas (24 Capitânicas dos Portos, 16 Delegacias e 20 Agências) distribuídas por todo o território nacional, perícias técnicas em todas as embarcações nacionais e estrangeiras, bem como nas embarcações que operam com petróleo e seus derivados e em todas as plataformas de petróleo localizadas em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Essas duas últimas atividades são realizadas em parceria com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), formalizadas por dois Termos de Cooperação.

A finalidade das perícias técnicas realizadas pelos diversos peritos Inspectores Navais e Vistoriadores Navais dessas OM é garantir que as embarcações e plataformas que operam em AJB cumpram os requisitos de segurança estabelecidos pela legislação nacional e internacional, com o propósito de assegurar a salvaguarda da vida humana, a segurança da navegação e a prevenção da poluição do meio ambiente aquaviário.

As perícias técnicas são realizadas em três modalidades. A primeira, é relativa às perícias técnicas de verificação e regularização (Vistoria Naval) que verificam os requisitos de segurança dos diversos

equipamentos, dispositivos, máquinas, casco, estrutura e estabilidade da embarcação ou plataforma emitindo os diversos certificados correspondentes após a retirada das exigências; sem tais certificados, normalmente válidos por cinco anos, as embarcações ou plataformas não podem operar. A segunda, é relativa às perícias técnicas específicas para possibilitar a emissão de documentos específicos como, por exemplo, a “Declaração de Conformidade” de embarcação que transporta petróleo ou seus derivados e de operação de plataforma, válida por um ano; sem esta “Declaração de Conformidade” válida a embarcação ou plataforma não pode operar. Isto garante que pelo menos uma vez por ano tais embarcações ou plataformas são periciadas para verificar se estão mantendo os requisitos de segurança conforme os certificados recebidos. Finalmente, a terceira modalidade refere-se às perícias técnicas de fiscalização (Inspeção Naval) que são realizadas de modo aleatório, inopinado, a qualquer momento, sem aviso prévio, em qualquer embarcação ou plataforma, com o propósito de fiscalizar a manutenção permanente dos requisitos de segurança que permitiram o recebimento dos certificados e da “Declaração de Conformidade”.

A realização dessas atividades vem se dando em ritmo permanentemente crescente ao longo dos últimos anos, com tendência a se intensificar ainda mais nos próximos anos, principalmente devido ao aumento da construção naval no País, ao crescimento da navegação de interesse nacional e à expansão de pesquisas e exploração nas áreas do pré-sal.



Inspetores Navais da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro verificam os equipamentos do passadiço do navio "CBO Alessandra".

Em 2010, foram realizadas 3.164 perícias técnicas de fiscalização (Inspeção Naval), sendo 830 em embarcações nacionais (*Flag State Control*), e 2.334 em embarcações estrangeiras (*Port State Control*). Também foram realizadas 2.425 perícias técnicas em

embarcações que transportam petróleo e seus derivados, 1.118 perícias técnicas nas 206 plataformas de petróleo e 1.939 perícias técnicas específicas. Nesse ano ocorreram 28 detenções de navios estrangeiros que se apresentaram em condição *substandard* em diferentes portos nacionais.

Além das perícias técnicas acima mencionadas, foram executadas, pelos Grupos de Vistoria e Inspeção (GVI) das Capitania dos Portos, 2.686 perícias técnicas de verificação, sendo 204 Vistorias de Arqueação, 475 Vistorias de Borda-Livre, 1.794 Vistorias para Emissão do Certificado de Segurança da Navegação (CSN) e 213 Análises de Planos.



Inspetor Naval da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro verifica o nível de treinamento da tripulação de plataforma de petróleo, em exercício de abandono, utilizando baleeira.

Complementando os dados acima mencionados as Sociedades Classificadoras e as Entidades Certificadoras realizaram, em nome da Autoridade Marítima Brasileira, 9.731 perícias técnicas de verificação, sendo 114 Vistorias de Condição em Navios Graneleiros, 871 Vistorias de Arqueação, 1.662 Vistorias de Borda-Livre, 5.078 Vistorias para Emissão do Certificado de Segurança da Navegação e 2.006 Análises de Planos.

Os números acima citados expressam o cumprimento pela Marinha de suas atribuições legais como Autoridade Marítima Brasileira, constantes da legislação nacional e internacional, para garantia da segurança da



Inspetor Naval da Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul verifica a validade do dispositivo de liberação rápida de uma balsa salvavidas do navio mercante "Banzai".

navegação, da salvaguarda da vida humana e da prevenção da poluição proveniente de embarcações e plataformas no meio aquaviário.

Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático/2011

Em 23 de maio, a Diretoria de Portos e Costas publicou o Edital relativo ao Processo Seletivo à Categoria de Praticante de Prático/2011, que se destina a ocupar, inicialmente, 81 vagas de Praticante de Prático em 17 das 22 Zonas de Praticagem (ZP) do País, número de vagas que, conforme regras do Edital, poderá aumentar, inclusive vindo a englobar todas as ZP. As inscrições estiveram abertas no período de 25 de maio a 13 junho, atraindo 1.973 candidatos, dentre os quais 121 mulheres.

Praticante de Prático é o aquaviário selecionado exclusivamente por meio de Processo Seletivo conduzido pela DPC, aspirante à categoria de Prático. O Prático, por sua vez, é o profissional aquaviário que assessora o Comandante quando navegando em regiões (Zonas de Praticagem) onde as peculiaridades locais dificultam a livre e segura movimentação de embarcação, como em portos, baías, rios e canais.

Para tornar-se Prático, não basta ao candidato apenas lograr êxito no Processo



Embarque do Prático.

distribuído e ser aprovado em exame de habilitação aplicado pela Capitania dos Portos com jurisdição sobre a ZP.

O Praticante de Prático e o Prático não são militares ou servidores/empregados públicos, assim como não exercem função pública. O Prático trabalha na iniciativa privada, normalmente de forma individual ou em sociedade, sendo sua remuneração basicamente dependente dos serviços realizados para as empresas de navegação.

Seletivo. Depois de selecionado e devidamente certificado como Praticante de Prático, é obrigado a cumprir, com sucesso, um programa de treinamento, com duração de 12 a 20 meses, na ZP para onde foi

Entre os requisitos para participar do Processo Seletivo, destaca-se a obrigatoriedade do candidato possuir qualquer curso de graduação (nível superior) oficialmente reconhecido pelo Ministério da Educação.



Lancha do Prático.

O Processo Seletivo estabelece a realização de uma prova escrita objetiva no dia 27 de agosto de 2011, prova de títulos, prova prático-oral, seleção psicofísica, teste de suficiência física e apresentação de documentos. O conteúdo programático para as provas

escrita e prático-oral e a bibliografia sugerida para o estudo constam do Edital, sendo fundamental que o candidato detenha sólidos conhecimentos da língua inglesa, escrita e falada, capacitação imprescindível para a prestação de serviços de praticagem.

II Seminário de Gestão Ambiental do Comando do 6º Distrito Naval

“Manejo Sustentável dos Recursos Hídricos do Pantanal” foi o tema central escolhido pelo Comando do 6º Distrito Naval (Com6ºDN) para o seu II Seminário de Gestão Ambiental que reuniu mais de 250 pessoas, em sua maioria, formadores de opinião, no Centro de Convenções Miguel Gomes, no Porto Geral de Corumbá-MS, nos dias 4 e 5 de abril de 2011. O evento é a segunda edição do realizado em fevereiro do ano passado, o qual teve como origem as observações contidas no relatório preliminar da Auditoria do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) realizada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC) nas Organizações Militares

(OM) do Complexo Naval de Ladário (CNLa), cuja relevância dos aspectos enfocados motivou o Com6ºDN a promover sua divulgação, inicialmente para todos os titulares de OM subordinadas e demais militares engajados em tarefas do SGA, evoluindo para a difusão das ações empreendidas pela Marinha do Brasil (MB) em prol do meio ambiente, ao público externo, em razão do significativo interesse da sociedade local em tomar parte do acontecimento, manifestado por ocasião da escolha dos temas a serem abordados pelas palestras e seleção dos palestrantes extra-Marinha.



Contra-Almirante Savio, Comandante do 6º Distrito Naval, faz a abertura do II Seminário de Gestão Ambiental.



Os resultados positivos alcançados no evento anterior fez este segundo Seminário de Gestão Ambiental crescer de importância e abrangência a tal ponto que atraiu novos patrocinadores e estimulou o interesse das prefeituras municipais de Corumbá e Ladário, em participar não mais apenas como patrocinadores, mas sim na condição de parceiros na realização do mesmo.

Na cerimônia de abertura, o Contra-Almirante Domingos Savio Almeida Nogueira, então Comandante do 6º Distrito Naval, após desejar boas vindas, agradecendo a presença de todos, destacou que a MB preocupa-se em cuidar do meio ambiente empreendendo medidas para prevenir os impactos ambientais negativos decorrentes de suas atividades e promovendo ações de interação com a sociedade no sentido de unir esforços para juntos perseguir a manutenção sustentável da biodiversidade do ecossistema sob sua jurisdição.

Ao proferir suas palavras iniciais, o Contra-Almirante Savio disse que “as preocupações e iniciativas nacionais voltadas à conservação e à preservação ambiental têm crescido significativamente nos últimos anos. A Marinha do Brasil vem acompanhando, com especial interesse, esse processo, à luz de suas atribuições legais, por meio da participação em estudos conduzidos no âmbito de Grupos de Trabalho Interministeriais instituídos pelo Ministério do Meio Ambiente, através de seus representantes do Estado-Maior da Armada (EMA), da Diretoria-Geral de Navegação (DGN) e da DPC, esta última como Diretoria Técnica e Organização Interna, líder desse tema.

Tendo em vista os novos aspectos legais que regem os cuidados com o meio ambiente, a

Marinha tomou a iniciativa de promover a implantação de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) nas suas OM de terra que apresentem potencial de poluição ambiental, de modo a prevenir a ocorrência de impactos ambientais negativos, decorrentes de suas atividades.

A Política Ambiental adotada no âmbito do Comando do 6º Distrito Naval busca o aprimoramento contínuo do seu desempenho ambiental, com vistas ao cumprimento da legislação vigente, investindo, prioritariamente, na prevenção da poluição causada por efluentes líquidos, resíduos sólidos, lixo orgânico e inorgânico e emissões gasosas decorrentes dos processos e atividades aqui realizados.

Vislumbrou-se na realização deste Seminário de Gestão Ambiental, a possibilidade de se promover uma troca de experiências que proporcionará o aumento quantitativo e qualitativo de nossa capacidade de lidar com as questões afetas à prevenção e preservação do meio ambiente e à minimização dos impactos ambientais adversos, permitindo-nos convergir esforços para a manutenção sustentável da biodiversidade que compõe o ecossistema pantaneiro.

Quero tornar público o meu agradecimento aos representantes das instituições e das empresas aqui representadas, aos patrocinadores que nos apoiaram na consecução deste evento, bem como a todos os que prestigiam este Seminário de Gestão Ambiental”.

Ainda durante a abertura, formulou “votos de que o conteúdo das palestras apresentadas no decorrer desses dois dias traduza-se em benefícios e bem-estar para a população

pantaneira, criando condições favoráveis para que, juntos, possamos nos preparar para cumprir o dever constitucional inerente ao Poder Público e à coletividade, qual seja, o de: defender e preservar o meio ambiente, ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida para as presentes e futuras gerações” e por fim acrescentou, “há algum tempo atrás, o conceito de sustentabilidade restringia-se em ensinar a pescar a quem não tinha o peixe. Hoje, somente esse ato já não basta mais, perto da nova idéia de SUSTENTABILIDADE, que nos obriga, precipuamente, a fazer com que sempre exista o peixe.”

Participaram do Seminário: militares da MB, do Exército Brasileiro (EB), da Força Aérea Brasileira (FAB), da Polícia Militar (PM-MS), da Polícia Militar Ambiental (PMA-MS) e do Corpo de Bombeiros (CBM-MS), Prefeitos e Secretários dos Municípios de Ladário e de Corumbá, representantes do poder legislativo dos municípios, do poder judiciário local, dos órgãos ambientais do estado e das principais empresas que operam na região nas áreas de turismo, mineração, navegação, reciclagem de resíduos de óleos e suas embalagens, pesquisa agropecuária, saneamento e petróleo, além de professores e universitários, entre outros formadores de opinião.

O Seminário, direcionado ao administrador público e privado, foi coordenado pelo Comando da Base Fluvial de Ladário (BFLA) que para sua

organização e execução congregou meios de pessoal e material da própria Base, do Com6ºDN, do Hospital Naval de Ladário (HNLa), do Grupamento de Fuzileiros Navais de Ladário (GptFNLa) e das prefeituras municipais de Corumbá e de Ladário, que participaram na condição de parceiras desde a fase de preparação até a do encerramento.

Foram ministradas doze palestras com a duração de trinta minutos cada, seguidas de um período de debates com a duração de dez minutos, quando então os debatedores interessados fizeram perguntas, verbalmente e por escrito, ao palestrante.

Os conteúdos das palestras englobaram seis grupos de assuntos:

1 – Proteção dos Corpos Hídricos na Navegação

- a) Em sua palestra “Monitoramento Ambiental das Atividades de Manutenção do Rio Paraguai”, o Engenheiro-Mestre Samuel Ricardo Van Der Lan, Chefe do Núcleo de Obras e Melhoramentos da Administração da Hidrovia do Paraguai (AHIPAR) destacou a importância da Hidrovia Paraguai-Paraná e descreveu todas as etapas necessárias ao seu



Participantes do II Seminário de Gestão Ambiental.



- monitoramento, bem como seus óbices para, sem comprometer a biodiversidade do ecossistema, realizar a sua dragagem e desta forma assegurar a manutenção permanente das profundidades mínimas para a navegação;
- b) “A Autoridade Marítima e os Acidentes e Fatos da Navegação que possam provocar Danos Ambientais”, palestra proferida pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o) Fernando Sérgio Nogueira de Araújo, da DPC, abordou questões sobre as preocupações e iniciativas nacionais direcionadas à conservação e à preservação ambiental e a contribuição da MB nesse processo, incluindo as medidas empreendidas pela Autoridade Naval, voltadas à prevenção contra os possíveis riscos de danos ambientais;
- c) Na palestra “As Ações da MB para a Utilização Sustentável da Hidrovia do Rio Paraguai”, o Capitão-de-Fragata Fabio de Freitas Machado, Capitão dos Portos do Pantanal abordou as características das tarefas específicas de sua OM e explanou sobre as atividades que a Capitania Fluvial do Pantanal desenvolve para educar, disseminando conceitos de sustentabilidade, preparar e habilitar aquaviários para conduzir embarcações e à vista das Normas da Autoridade Marítima, fiscalizá-los no uso correto da hidrovia. Já o Capitão-de-Fragata Marcelo Appolinário Cerqueira, Encarregado do Serviço de Sinalização Náutica do Oeste, enfatizou o uso das cartas náuticas como ferramentas tecnológicas que auxiliam a navegação, as quais são atualizadas e disponibilizadas na internet, esclarecendo quanto aos meios empregados para sua utilização e obtenção, como também a obtenção de outras informações sobre assuntos inerentes à navegação, concluindo sua parte na palestra com a informação de que a principal tarefa de sua missão é “balizar o caminho mais seguro para a navegação”; e
- d) O convênio entre a MB e a PETROBRAS, a estrutura nacional de Centros de Defesa Ambiental adotada por aquela empresa, as atividades do Posto Avançado da BFLa para tempestivamente executar a primeira resposta aos possíveis derramamentos de óleo no leito do Rio Paraguai e os Planos de Contingências, foram os principais tópicos abordados pelo Engenheiro do Meio Ambiente e Segurança de Trabalho da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS, Sr. André Pieroni, em sua palestra sob o tema “Centros de Defesa Ambiental e Planos de Contingência da PETROBRAS”.

2 – Pulso de Inundação do Pantanal

A Prof^a. Dra. Emiko Kawakami de Resende, Chefe Geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, EMBRAPA – Pantanal, em sua palestra “Pulso de Inundação – Processo Ecológico Essencial à Vida no Pantanal”, além de esclarecer que hidrodinâmica dos pulsos ou pulsos de inundação é nada mais que o encher e secar dos rios a cada ano. Explicou em detalhes como ocorre esse processo que muitas das vezes provoca transtornos e até prejuízos à população rural na área da agricultura e pecuária, mas que em contrapartida traz inúmeros benefícios à biodiversidade, refletindo positivamente, principalmente na produção pesqueira. Explicou ainda que a EMBRAPA acompanha o decorrente fenômeno de deterioração da qualidade da água dos rios e lagoas marginais,



denominado popularmente como “dequada”, garantindo que este é um fenômeno natural, caracterizado pela alteração das características da água, como cor, odor, oxigênio e gás carbônico dissolvido, Ph, condutividade elétrica, nutrientes (nitrogênio, fósforo, carbono), demanda bioquímica de oxigênio e alta temperatura, dentre outras, as quais voltam à normalidade com a entrada de frentes frias, quando então as temperaturas caem por alguns dias, o processo de decomposição desacelera e, conseqüentemente, a qualidade da água melhora.

3 – Uso das Águas e a Preservação do Meio Ambiente na Mineração

As palestras “Gestão de Recursos Hídricos na Mineração”, proferida pelo Sr. Fábio Rodrigues, Gestor de Meio Ambiente da empresa MMX Corumbá Mineração, “Uso da Água na Mineração – Atuação da Vale na Gestão dos Recursos Hídricos”, proferida pela Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos, Engenheira de Minas e Geologia da empresa Vale; e “Tratamento de Rejeitos Finos de Ferro” proferida pelo Sr. Rafael Henchen, Geólogo da empresa Vetorial Mineração, abordaram aspectos relacionados aos mecanismos praticados para promover a reutilização do maior percentual possível do volume de água empregado nos processos de lavagem para produção de minérios, em média 70%. Discorreram e apresentaram fotos da aplicação de medidas de monitoramento para preservação ambiental das fontes superficiais e subterrâneas, bem como das medidas de bloqueio do direcionamento ao rio e condução dos rejeitos de mineração para seu correto destino.

Demonstraram ainda as medidas empreendidas para recomposição da vegetação necessariamente removida no período de extração.

4 – Saneamento e Gerência dos Recursos Hídricos

Os aspectos legais relacionados ao uso das águas foram abordados nas palestras “Plano Estadual de Recursos Hídricos e as Ações da Conservação da Bacia do Taquari” proferida pelo Sr. Lorivaldo Antonio de Paula, Gerente de Desenvolvimento e Modernização do IMASUL, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, e “Saneamento Básico e Meio Ambiente – Investimentos da SANESUL para a Preservação dos Corpos Hídricos e a Saúde da População”, proferida pelo Dr. José Carlos Barbosa, Diretor-Presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul – SANESUL. Os assuntos abordados foram muito esclarecedores, em especial, quanto a futura forma de cobrança dos valores referentes aos investimentos e às ações complementares que cabem à população.

5 – Reciclagem dos Resíduos de Óleo e suas Embalagens

O Sr. David Siqueira de Andrade, Diretor da Empresa Supply Service, iniciou sua palestra, “Resíduos Oleosos: O Planeta e o Mercado”, mencionando que todo descarte de óleos lubrificantes usados, nos cursos de água, geram graves danos ambientais, destacando que a Lei nº 9.966, de 28 de abril de 2000, estabelece os princípios básicos sobre movimentação de óleo em portos, navios e outros, preconizando que “todo porto deve



ter meios adequados para recebimento e tratamento dos resíduos oleosos". Prosseguindo, informou que atualmente existem algumas empresas especializadas em prestar este tipo de serviço, as quais realizam a retirada, transporte e descarte de resíduos sólidos (estopas, panos, filtros e embalagens usadas), bem como lavagem de tanques e pisos de embarcações, incluindo o tratamento da água usada. Ainda, durante a sua palestra, apresentou vídeos com imagens de máquinas e motores que empregam óleos lubrificantes em suas engrenagens, produzindo quantidades ilimitadas de resíduos oleosos. Apresentou, também, os atuais e mais sofisticados equipamentos já em operação no mercado da reciclagem desses resíduos, demonstrando todo o processo em que o óleo recuperado dos efluentes oleosos é destinado ao rerrefino, enquanto os resíduos são destinados à empresa de incineração ou de co-processamento. As operações realizadas por essas empresas contribuem de forma significativa para a preservação do meio ambiente, evitando que milhares de toneladas desses resíduos tenham por destino final os cursos d'água. Finalizando, apresentou o ciclo de vida de um produto concluindo que espera-se que a sociedade sensibilize-se no sentido de preservar o meio ambiente, fazendo valer seus direitos, exigindo que ao final de vida dos produtos os fabricantes sejam responsabilizados pela destinação correta do que restou deles, pois já pagou por este serviço embutido no preço, por ocasião de sua aquisição.

6 – Legislação Ambiental

O Capitão-de-Longo-Curso Levindo Farias Rocha, Consultor Técnico e Instrutor na área

ambiental da empresa Alpina Briggs, proferiu a palestra "Legislação Ambiental", apresentando extratos de leis que traduzem a evolução da legislação ambiental brasileira no contexto nacional e internacional, destacando suas implicações para os casos de seu descumprimento, tanto para a pessoa física como para as empresas e instituições que operam no País.

O II Seminário de Gestão Ambiental do Com6ºDN encerrou-se com uma confraternização de todos os participantes, realizada a bordo das embarcações patrocinadoras "Pérola do Pantanal" e "La Barca Family", que percorreram um trecho do canal do Rio Paraguai, o qual foi objeto do tema central do Seminário, deslocando-se até o cais de atracação do Com6ºDN em Ladário, passando em seu retorno a Corumbá, pelo Ponto de Captação de Água da Sanesul, voltando a atracar no cais do Porto Geral, defronte ao Centro de Convenções.

O excelente nível dos palestrantes e a qualidade das palestras, a participação maciça dos principais órgãos ambientais da região e das autoridades locais, o comprometimento das OM com o sucesso da organização do evento, o comparecimento de mais de 250 pessoas, em sua maioria, formadores de opinião, o interesse, a presença e a participação nos debates do público extra-Marinha, a participação da imprensa local na cobertura da solenidade de abertura, a interação dos militares da MB com o público externo envolvido no evento e a facilidade na obtenção dos patrocínios foram os principais pontos positivos na realização do Seminário.

A participação das Organizações que se fizeram presentes: DPC, AHIPAR, EMBRAPA,

SANESUL, IMASUL e de empresas renomadas nos mercados nacionais e internacionais como a PETROBRAS, Vale Mineradora, MMX Mineração Corumbá, Vetorial Mineração, Alpina Briggs e Supply Service agregou substancial valor aos debates e contribuiu decisivamente para o sucesso alcançado, ampliando o prestígio que a MB já possuía na fronteira oeste do País.

A realização de eventos da magnitude do II Seminário de Gestão Ambiental do Comando do 6º Distrito Naval retrata a capacidade e autoridade que tem a MB em interagir com a

sociedade e trazer para o debate assuntos de extrema relevância para a população, como é o caso da preservação do meio ambiente, para a manutenção sustentável da biodiversidade que compõe o ecossistema pantaneiro. Este segundo Seminário, além de permitir a divulgação das ações empreendidas pela MB para a proteção das Águas Jurisdicionais Brasileiras, revelou-se também como uma ótima oportunidade para a consolidação e o estabelecimento de antigas e novas parcerias na área da gestão ambiental.

Empresa norueguesa apresenta novo tipo de embarcação para a realização de transferência de petróleo no mar

No dia 7 de abril de 2011, representantes da PETROBRAS, da empresa norueguesa REMORA e da Sociedade Classificadora DNV apresentaram, no auditório da Diretoria de Portos e Costas (DPC), um novo tipo de embarcação com

capacidade de transferir petróleo no mar, o *"Hiload"*, que se acopla a um navio petroleiro por meio de ventosas. A operação se caracteriza pelo deslocamento do *"Hiload"*, que possui formato de "L", na direção de um navio petroleiro (recedor), onde faz seu acoplamento por meio das citadas ventosas, oferecendo um sistema de posicionamento dinâmico. Para a realização da transferência de petróleo, o

mangote de óleo sai de um navio petroleiro (fornecedor), passa pelo *"Hiload"* e é conectado ao navio recebedor. O deslocamento do *"Hiload"* é controlado pelos seus tripulantes.



"Hiload" acoplado a um navio petroleiro.



Segundo o representante da PETROBRAS, os navios DP são escassos e de alto custo, a alternativa apresentada é viável financeiramente, além de possibilitar a transferência de petróleo sem a necessidade do navio petroleiro atracar no cais. Provas de mar já foram realizadas em águas abrigadas da Noruega e o próximo passo será fazê-las aqui no Brasil, em mar aberto, com ondas de três a três metros e meio de altura.

Durante a apresentação, foram exibidos dois vídeos, um que mostrou as instalações da embarcação e o outro a operação de acoplamento do *"Hiload"* a um navio petroleiro. A REMORA vai disponibilizar a embarcação por seis meses para a PETROBRAS, para a realização de testes.

O representante da DNV, empresa responsável pela aprovação da embarcação, afirmou que a sua empresa acompanhou o desenvolvimento do projeto do *"Hiload"* desde o princípio, avaliou a sua viabilidade técnica e aprovou os projetos emitidos pela REMORA. O *"Hiload"* possui certificados condicionais exigidos pela legislação internacional.

Se for contratado pela PETROBRAS e vier a operar em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), o *"Hiload"* será submetido a perícias da Autoridade Marítima Brasileira a fim de se adequar aos requisitos técnicos e legais exigidos para a operação em AJB.



Simulação da transferência de óleo no mar com emprego do *"Hiload"*.

Representantes da PETROBRAS realizam palestra sobre a “Logística de Gás Natural Liquefeito de Petróleo no Brasil”



Sr. Antonio Luiz Fernandes dos Santos, Gerente-Geral de Projetos Ativos de GNL da PETROBRAS, apresenta o tema “Logística de Gás Natural Liquefeito de Petróleo no Brasil”.

Em 17 de maio de 2011, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) recebeu a visita dos integrantes da Gerência do Setor de Gás e Energia da PETROBRAS, Gerente-Geral de Projetos Ativos de Gás Natural Liquefeito (GNL), Sr. Antônio Luiz Fernandes dos Santos, e o Gerente de Ativos de GNL, Sr. Gustavo Mussel Barros, para proferir uma palestra sobre o tema “Logística de Gás Natural Liquefeito de Petróleo no Brasil”.

Antes da apresentação, o Diretor de Portos e Costas, Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, declarou que o setor de gás e energia se desenvolveu muito nos últimos anos e ressaltou a participação da Marinha do Brasil (MB), em especial da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), que contribuiu para a escolha do local de construção do terminal de regaseificação da Baía de Guanabara.

O GNL é o Gás Natural (GN) no estado líquido. A liquefação (passagem do estado gasoso para o estado líquido) acontece após o resfriamento do GN à temperatura de 162° C negativos. No estado líquido, o gás natural tem o seu volume reduzido, o que traz facilidades para o transporte, o qual é realizado em navios criogênicos (que conseguem processar o gás em temperaturas muito baixas). No navio gaseiro atracado no terminal, o GNL é regaseificado por meio da elevação da temperatura, feita em suas unidades de regaseificação.

Iniciando a palestra, o Sr. Antônio Luiz afirmou que o foco da PETROBRAS sempre foi o óleo, “...o gás sempre foi atrelado a uma infraestrutura muito cara...”. Porém, nos últimos anos, a demanda por terminais flexíveis de GNL fez com que a empresa



Navio regaseificador e equipamentos do terminal de GNL.

também se voltasse para este setor. Com a decisão de trazer o GNL para o Brasil, foram realizados estudos de viabilidade técnica e econômica, além da formação de equipes para a elaboração dos projetos de construção dos terminais, o afretamento de navios de regaseificação e o armazenamento de GNL, bem como a negociação dos acordos de fornecimento. Depois de todo o procedimento burocrático, foram instalados dois terminais, um em Pecém, no Ceará e o outro na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro.

Durante a palestra, foram apresentados os dois terminais, detalhando as facilidades, capacidades de

regaseificação, profundidades e usinas fornecedoras. O navio gaseiro *"Golar Spirit"*, atracado no terminal de Pecém, tem capacidade para regaseificar 7 milhões de metros cúbicos de GNL por dia. Uma vez



Operação de regaseificação de GNL, no terminal da Baía de Guanabara.



regaseificado, o gás natural é distribuído para a cidade pelas usinas “Termofortaleza”, “Termoçarará” e “Jesus Soares Pereira”. Já o navio “Golar Winter”, atracado no terminal da Baía de Guanabara, tem capacidade para regaseificar 14 milhões de metros cúbicos de GNL por dia. As usinas “Leonel Brizola” e “Barbosa Lima Sobrinho” são as fornecedoras do gás para a cidade.

Cada um dos terminais de regaseificação tem capacidade para receber um navio supridor, de onde o GNL é transferido por meio de braços e tubulações para o navio regaseificador.

Na questão da segurança dos terminais, o Sr. Gustavo Mussel Barros afirmou que as conexões de GNL possuem válvulas especiais de fechamento rápido, caso seja necessário. Os braços são dotados de um sistema de desengate de emergência, que prevê duas situações de atuação; na primeira, há o desligamento das bombas de carga e o fechamento das válvulas dos braços; na segunda, os braços são desconectados dos navios.

Após a apresentação dos terminais de regaseificação já instalados no País, o Sr. Luiz Fernandes falou sobre o projeto de construção do terceiro terminal de regaseificação de GNL, na Baía de Todos os Santos, Bahia, que é o segundo maior mercado de gás natural do Brasil. “Nossa expectativa é que este terminal entre em operação até agosto de 2013, visando atender à demanda nacional”, completou o

Gerente-Geral de Projetos Ativos de GNL da PETROBRAS.

Outra ação em estudo pela PETROBRAS é a implementação do projeto FSO de gás, que visa prover o escoamento de até 14 milhões de metros cúbicos por dia do gás associado dos blocos BM-S-9 (“Carioca” e “Guará”) e BM-S-11 (“Lula”, “Iara” e “Iracema”) da área do pré-sal para uma unidade FSO (unidade estacionária de armazenagem e transferência) de gás, a qual receberá o gás pré-tratado dos FPSOs (unidades estacionárias de produção, armazenagem e transferência). Em seguida, o gás será liquefeito, armazenado em seus tanques e posteriormente transferido para navios aliviadores.

Segundo dados da apresentação, o projeto FSO de gás trará flexibilidade para o abastecimento do mercado interno e a possibilidade de participação no mercado *spot* (que permite apenas transações em que a entrega da mercadoria é imediata com pagamento à vista) de GNL em períodos de demanda reduzida das termelétricas ou nos segmentos não-termelétricos no Brasil.

Ao final da palestra, o Sr. Antônio Luiz afirmou que caso seja aumentada a produção de gás no País e sejam implementadas as ações descritas na palestra, o Brasil alcançará a autosuficiência de gás em 2015. A palestra despertou muito interesse nos presentes no auditório da DPC, tendo em vista as numerosas perguntas formuladas ao palestrante.



Entra em operação o maior navio mineraleiro do mundo



No dia 24 de maio de 2011, o maior navio mineraleiro do mundo, o “Vale Brasil”, foi carregado com 391 mil toneladas de minério de ferro, no Terminal Portuário da Ilha da Madeira, em São Luís, para a realização da sua primeira viagem.

Ele é o primeiro navio de um total de sete minerais encomendados pela Vale ao estaleiro sul coreano *Daewoo Shipbuilding*

& *Marine Engineering Co.*, com investimento de US\$ 748 milhões e previsão de entrega até 2013.

O navio tem 362 metros de comprimento, 65 metros de boca, 23 metros de calado e velocidade de cerca de 15 nós, podendo transportar até 400 mil toneladas em seus sete porões.

A Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental na Operação Verão 2010/2011

A Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental e suas Organizações Militares subordinadas, a Delegacia Fluvial de Porto Velho e a Agência Fluvial de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, e as Agências Fluviais de Boca do Acre, Eirunepé, Itacoatiara, Parintins e Tefé, no Estado do Amazonas, realizaram, no período de 18 de dezembro de 2010 a 13 de março de 2011, a Operação Verão em suas sedes e nos principais rios da região.

A Operação Verão foi conduzida por meio de palestras, para a divulgação de

procedimentos de segurança da navegação às comunidades ribeirinhas, e pela realização de ações de fiscalização do tráfego aquaviário, a fim de coibir irregularidades e contribuir para a salvaguarda da vida humana.

As palestras visaram conscientizar àquelas comunidades quanto aos assuntos relacionados à segurança do tráfego aquaviário, tais como o uso de coletes salvavidas, a manutenção dos equipamentos de salvatagem e a utilização do serviço de



discagem gratuita da Capitania (“Disque Segurança da Navegação”), bem como prestar informações sobre acidentes de embarcações e descumprimento das Normas da Autoridade Marítima.

No total foram proferidas 30 palestras, para um público de aproximadamente 1.100 pessoas, inspecionadas 1.267 embarcações, das quais 631 de esporte e recreio, e notificadas 365 embarcações, sendo 115 de esporte e recreio, por infrações cometidas à Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário (LESTA). Foram lavrados 96 autos de infração e apreendidas 24 embarcações.

Diante desses números, a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental considera que a



Lancha da Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental realiza ação de fiscalização do Tráfego Aquaviário no rio Negro.

“Operação Verão” obteve pleno êxito, uma vez que, em ação conjunta com as Organizações Militares subordinadas, foi inspecionada uma significativa parcela das embarcações de esporte e recreio que navegam na Amazônia Ocidental, contribuindo, assim, para a segurança da navegação nesta macro-região.

Capitania dos Portos da Paraíba é homenageada pelo trabalho desenvolvido na Operação Verão 2010/2011

Por ocasião das festividades alusivas ao aniversário da TV Master, em 19 de março, a Capitania dos Portos da Paraíba (CPPB) foi homenageada com o “Troféu TV Master”, em cerimônia realizada no auditório da Estação Ciência de Cabo Branco, em João Pessoa-PB.

Há três anos, nessa data, a emissora promove uma grande festa reunindo autoridades e personalidades, além de representantes de diversos outros segmentos

da sociedade paraibana. Os apresentadores e jornalistas elegem uma personalidade ou órgão que se destacou, ao longo do ano, ou em ocasiões específicas, para receber a homenagem.

A CPPB foi a única instituição militar agraciada, tendo sido distinguida pelo bom desempenho e atuação durante a Operação Verão 2010/2011.



Capitão dos Portos da Paraíba recebe o “Troféu TV Master”.

A presença diária das equipes de Inspeção Naval da Capitania dos Portos da Paraíba nos principais pontos de concentração de embarcações do litoral paraibano e açudes chamaram a atenção da comunidade aquaviária, da sociedade paraibana, dos turistas e da imprensa, que disseminou, quase diariamente, detalhes da campanha.

O Capitão dos Portos da Paraíba, Capitão-de-Fragata (T) Paulo Santos de Oliveira, recebeu o troféu das mãos do apresentador do programa “Verão Master 2011”, Sérgio Montenegro, que externou as

seguintes palavras ao público presente, ao anunciar o homenagem:

“Alguém saberia dizer uma das principais funções da Capitania dos Portos? Humildemente confesso que também não sabia até o dia em que entrevistei o homenageado no programa. Com tantos jet-skis, barcos, lanchas e catamarãs em nosso Estado e, hoje não são poucos, a probabilidade de acidentes e atropelamentos é alta. Temos o hábito de criticar e reclamar quando o poder público não exerce a sua função como gostaríamos.

Mas com o fervor que criticamos, devemos elogiar e aplaudir quando algo de bom é realizado. Fiscalização nas embarcações, blitz para averiguar as carteiras de habilitação daqueles que guiam barcos, lanchas e jet-skis, 60 homens espalhados no nosso litoral atentos, inclusive com bafômetros, fizeram com que o Verão 2011 na Paraíba não registrasse nenhum incidente. Ou seja, quando o poder público quer, tem vontade: ele faz, ele realiza e por isso eu chamo Paulo Santos, Capitão dos Portos da Paraíba que, em 2011, realizou com êxito a Operação Verão.”



Tripulação da Capitania dos Portos da Paraíba.

Reunião Funcional de Capitães dos Portos do Grupo Hidrovias é realizada em Ladário



Abertura da Reunião Funcional de Capitães dos Portos do Grupo Hidrovias.

A Reunião Funcional de Capitães dos Portos do Grupo Hidrovias de 2011 ocorreu nos dias 15 e 16 de março, no Hotel de Trânsito do Comando do 6º Distrito Naval, em Ladário. Foi presidida pelo Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas, tendo contado com as presenças do Contra-Almirante Domingos Savio Almeida Nogueira, Comandante do 6º Distrito Naval, dos Capitães dos Portos do Tiête-Paraná, do Araguaia-Tocantins, do Rio Paraná, do Pantanal e do São Francisco, além de representantes da Diretoria-Geral de Navegação (DGN) e da Diretoria de Portos e Costas (DPC) e de oficiais das Organizações Militares participantes.

A Reunião Funcional possibilitou a exposição, pelos Capitães dos Portos, dos problemas específicos de cada Capitania Fluvial e permitiu o aprimoramento dos procedimentos

adotados em cada área de jurisdição sobre os assuntos apresentados.

Dentre os diversos assuntos abordados pelos oficiais da DGN e da DPC destacaram-se os relacionados à segurança do tráfego aquaviário; ao Ensino Profissional Marítimo; à realização de inspeções, vistorias e perícias técnicas; à aplicação de recursos financeiros; à manutenção de viaturas e lanchas e aos sistemas corporativos informatizados que dão apoio às atividades da Autoridade Marítima.

A reunião foi considerada muito produtiva, uma vez que possibilitou a padronização de procedimentos sobre os assuntos debatidos, permitindo tanto ao Diretor de Portos e Costas, quanto ao Comandante do 6º Distrito Naval emitir orientações a serem adotadas nas áreas de jurisdição das Capitâncias Fluviais.



Ativação da Agência Fluvial de Humaitá



Autoridades presentes à cerimônia de ativação da Agência Fluvial de Humaitá.

Presidida pelo Almirante-de-Esquadra João Afonso Prado Maia de Faria, Comandante de Operações Navais e com as presenças do Vice-Almirante José Geraldo Fernandes Nunes, Comandante do 9º Distrito Naval, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Odilon Leite de Andrade Neto, Capitão dos Portos da Amazônia Ocidental e de autoridades civis, militares e eclesíásticas foi realizada, no dia 21 de março de 2011, a cerimônia de Ativação da Agência Fluvial de Humaitá.

Criada pela Portaria nº 430/MB, de 17 de novembro de 2010, do Comandante da Marinha, as obras das instalações da Agência foram iniciadas em 2 de outubro de 2010. O prédio da Agência possui vinte compartimentos distribuídos por uma área de 380m² e uma sala de aula com capacidade para receber quarenta alunos. A Vila Naval de Humaitá, composta de 11 residências, também foi inaugurada nesse dia. A Agência,

a sala de aula e as residências foram construídas com madeira certificada e possuem sistemas de aproveitamento da água de chuva e estação de tratamento de esgotos de águas pluviais e de águas servidas.



Almirante-de-Esquadra Prado Maia visita as instalações da Agência Fluvial de Humaitá.

Sediada na cidade de Humaitá-AM, na rua da Portobras nº 55, São Domingos Sávio, a Agência tem o propósito de contribuir para as atividades de segurança do tráfego aquaviário, ensino profissional marítimo, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica. Possui jurisdição sobre os

municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã, tendo como principais vias navegáveis os rios Madeira, Aripuanã e Juma.

Nomeado pela Portaria nº 17/DGPM, de 17 de fevereiro de 2011, assumiu o cargo de Agente, naquela ocasião, o Capitão-Tenente (AA) José Adelino Silva.



Vista aérea da Agência Fluvial e da Vila Naval de Humaitá.

Capitania Fluvial do Tietê-Paraná realiza atendimento móvel na cidade de Itumbiara

A Capitania Fluvial do Tietê-Paraná (CFTP) realizou, no período de 31 de maio a 4 de junho de 2011, uma missão de Agência Móvel no município de Itumbiara-GO, utilizando-se de seu ônibus devidamente adaptado para o atendimento ao público.

Durante os cinco dias em que a equipe da CFTP esteve na cidade, foram processados 151 serviços relativos a inscrições de embarcações, renovações e 2ª via de Título de Inscrição da Embarcação (TIE),

renovações de carteiras de Arrais Amador e recadastramentos de aquaviários. No último dia do atendimento foi aplicada uma prova de Arrais Amador para 243 candidatos.

A execução dos serviços foi facilitada graças ao apoio logístico prestado pela Prefeitura Municipal de Itumbiara como, por exemplo, o acesso à internet “banda larga”, via rádio, que possibilitou o uso dos Sistemas Corporativos da Diretoria de Portos e Costas, por meio do Portal MB.



Atendimento ao público na Agência Móvel da Capitania Fluvial do Tietê-Paraná.

A imprensa local divulgou o trabalho realizado pela Marinha do Brasil, afeto à salvaguarda da vida humana nas águas, à segurança da navegação e à prevenção da poluição hídrica provenientes de embarcações, o que

contribuiu para reforçar a presença da CFTP na região.

A missão teve boa receptividade e atendeu às expectativas e às necessidades da comunidade náutica.

Marinha do Brasil participa do Rio Boat Show 2011

A Marinha do Brasil (MB), representada pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) e Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ), participou do Rio Boat Show 2011 com o propósito de contribuir para o aumento da segurança da navegação e para a prevenção da poluição hídrica nas atividades de esporte e recreio.

O Rio Boat Show, maior salão náutico "indoor" da América Latina, apresentou inúmeras embarcações de esporte e recreio e exibiu os mais recentes lançamentos de



Atendimento ao público no estande da Marinha.



Realização de exame para Arrais Amador no estande da Marinha.

motores e equipamentos. Este ano, em sua décima quarta edição, o salão foi realizado no período de 27 de abril a 3 de maio, na Marina da Glória, localizada na Enseada do

Flamengo, zona sul do Rio de Janeiro.

No estande da Marinha foram realizadas provas eletrônicas para a categoria de Arrais Amador, tendo sido entregues, pela CPRJ, carteiras de habilitação aos candidatos aprovados após a realização do exame. Também foram vendidas cartas náuticas e publicações da DHN e distribuídos folhetos contendo instruções de como ingressar na MB e na Marinha Mercante brasileira.

O Rio Boat Show, que neste ano, aumentou em 50% a sua parte molhada com um pier flutuante de quase 2.000 metros quadrados, foi visitado por milhares de pessoas.



Embarcações expostas para venda no Rio Boat Show.



XI Circuito Poder Marítimo promove a VII Regata Almirante Gastão Motta de remo em escaler



Vista da VII Regata Almirante Gastão Motta de remo em escaler.

O Circuito Poder Marítimo é composto por nove regatas, que podem ser realizadas na Lagoa Rodrigo de Freitas, na Baía de Guanabara ou em Angra dos Reis.

No último dia 2 de abril aconteceram as competições da sétima edição da Regata Almirante Gastão Motta, na Baía de Guanabara, que contou com a participação de aproximadamente 330 atletas, entre civis dos clubes de remo do Rio de Janeiro e militares da Marinha do Brasil, pertencentes às seguintes Organizações: Centro de Instrução e Adestramento Aeronaval Almirante José Maria do Amaral Oliveira (CIAAN), Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA), Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW), Centro de Inteligência da Marinha (CIM), Comando-em-Chefe da Esquadra (ComemCh), Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), Diretoria de

Hidrografia e Navegação (DHN) e Escola Naval (EN).

Os resultados foram os seguintes:

1ª Prova - ESCALER "SUB-24" 500m:

1º) CIAGA, 2º) EN, 3º) CIAA;

2ª Prova - ESCALER "ASPIRANTE" 500m:

1º) CIAGA B, 2º) ComemCh, 3º) CIAA, 4º) EN, 5º) CIAAN;

3ª Prova - ESCALER "FEMININO":

1º) CIAGA B, 2º) ComemCh, 3º) CIAA, 4º) DHN, 5º) CGCFN;

4ª Prova - ESCALER "VETERANO":

1º) ComemCh, 2º) CIAGA, 3º) CGCFN, 4º) CIAA, 5º) DHN, 6º) CIAAN;

5ª Prova - ESCALER "MISTO":

1º) Flamengo, 2º) CIAGA B, 3º) CIAGA A, 4º) CIM, 5º) CIAW, 6º) ComemCh, 7º) CIAA; e

6ª Prova - ESCALER "SENIOR":

1º) CGCFN, 2º) ComemCh, 3º) CIAGA, 4º) EN, 5º) CIAA.



Juramento à Bandeira dos alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) do CIABA



Vice-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis, Comandante do 4º Distrito Naval, preside a cerimônia de Juramento à Bandeira dos Alunos do 1º ano da EFOMM do CIABA.

Em cerimônia presidida pelo Vice-Almirante Rodrigo Otávio Fernandes de Hônkis, Comandante do 4º Distrito Naval, foi realizado, no dia 9 de maio de 2011, o Juramento à Bandeira dos 148 alunos do 1º ano da EFOMM do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA).

Na mensagem encaminhada aos alunos do 1º ano da EFOMM, o Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas, afirmou que o ressurgimento da construção naval no País e o crescimento da navegação de interesse nacional contribuíram significativamente para a ampliação da nossa frota de navios mercantes. Tal fato levou a Marinha do Brasil a adotar uma série de

medidas com o propósito de incrementar, qualitativa e quantitativamente, a formação de novos oficiais de Marinha Mercante nos nossos Centros de Instrução.

Após manifestar a certeza de que, uma vez formados, os novos alunos estarão plenamente capacitados para atender às necessidades de pessoal da Comunidade Marítima e à crescente demanda por profissionais especializados nas novas tecnologias empregadas nos navios, o Vice-Almirante Leal Ferreira recomendou aos alunos para que “dediquem-se com afinco ao seu desenvolvimento integral - intelectual físico e moral; cultivem a disciplina, a fibra e a humildade, qualidades imprescindíveis para



quem se faz ao mar; mantenham sempre seus compromissos com o nosso País e com a Marinha Mercante, e, acima de tudo, acreditem em si mesmos e na bela carreira que escolheram.”

Na sua exortação, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Alexandre Silveira Villela, Comandante do

CIABA, ao se dirigir as 29 moças e 117 rapazes oriundos de vários Estados da Federação, destacou que “o fato de jurar compromisso em defender a Pátria, mesmo com o sacrifício da própria vida, traz em si um significado único. Além dessa honrosa promessa, o juramento traz ainda valores que devem ser observados em vosso dia a dia: hierarquia, disciplina, exemplo, justiça e respeito. Estes valores também trazem consigo outro grande legado deste momento. Ao incorporá-los em seus espíritos, as Senhoras e Senhores estarão consolidando uma

vida que certamente associará sucesso profissional com felicidade, onde quer que estejam.”

O evento contou com a participação de autoridades civis e militares, membros da Comunidade Marítima e familiares dos alunos.



Alunos do 1º ano da EFOMM do CIABA prestam Juramento à Bandeira.



CIAGA realiza cerimônia de Juramento à Bandeira dos alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante



Vice-Almirante Leal Ferreira, ao centro, preside a cerimônia.

Na manhã do dia 27 de maio de 2011, os alunos do 1º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), prestaram Juramento à Bandeira.

O Diretor de Portos e Costas presidiu a cerimônia que ainda contou com a presença do Comandante do CIAGA, Contra-Almirante Rodolfo Frederico Dibo, e de representantes da Comunidade Marítima. A arquibancada do ginásio esportivo do Centro ficou repleta de familiares dos 238 alunos que, por meio desta cerimônia, incorporaram-se oficialmente à Marinha do Brasil declarando: *"Incorporando-me à Marinha do Brasil, prometo cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado, respeitar os superiores hierárquicos, tratar com afeição os*

irmãos de armas e com bondade os subordinados e dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria, cuja honra integridade e instituições defenderei com o sacrifício da própria vida."

Em seu pronunciamento, o Comandante do CIAGA abordou o período que se seguirá após o juramento à Bandeira Nacional, no qual os alunos poderão continuar contando com a orientação dos professores e instrutores que, de forma dedicada, transmitirão seus conhecimentos acadêmicos associados aos princípios éticos e morais cultuados pela Marinha do Brasil e moldados pela hierarquia e disciplina, culminando com a graduação e a sonhada platina de Praticantes de Oficiais de Náutica e de Máquinas, em dezembro de 2013.



Alunos do 1º ano da EFOMM do CIAGA prestam Juramento à Bandeira.

Na sua exortação aos alunos, o Diretor de Portos e Costas lembrou que “ser oficial de Marinha Mercante é muito mais do que simples capacitação técnica. É necessário desenvolver também os valores éticos e de

caráter tão caros aos verdadeiros marinheiros.”

Como é da tradição da cerimônia, o grito de guerra da EFOMM finalizou a solenidade que, mais uma vez, emocionou todos os presentes.

DPC, CIAGA e PETROBRAS celebram Termo de Cooperação em ações educacionais

Termo de Cooperação celebrado pela Diretoria de Portos e Costas (DPC), pelo Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e pela Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS), para fins de cooperação institucional e educacional, veio a possibilitar a realização da parte teórica do Curso de Adaptação a 2º Oficial de Náutica (ASON) nas modernas instalações da Universidade PETROBRAS, situada na Cidade Nova, Rio de Janeiro-RJ. O curso foi iniciado em 11 de abril, para duas turmas com 30 componentes cada, 47 homens e 13 mulheres.

O ASON destina-se a habilitar o aluno para o exercício das funções inerentes ao 2º Oficial de Náutica da Marinha Mercante, tendo a duração de um ano de aulas teóricas e práticas, seguidas de um estágio supervisionado, de, no mínimo, 12 meses de embarque efetivo em navios da nossa Marinha Mercante.

Os alunos foram escolhidos por meio de processo seletivo conduzido pelo CIAGA, destacando-se a obrigatoriedade de possuírem curso de graduação em áreas



Participantes da assinatura do Termo de Cooperação.

consideradas de interesse para o melhor aproveitamento escolar e futuro desempenho das funções a bordo.

Dentre as ações de execução do Termo de Cooperação estão incluídas, por parte da Universidade PETROBRAS, a cessão de duas salas de aula equipadas com projetor multimídia e computador, com capacidade para 36 alunos cada, e de uma estação de trabalho com recursos de informática e telefone para a supervisão do Curso. Já por parte da Marinha do Brasil, cabe ao CIAGA a responsabilidade administrativa, técnica, didática, financeira e operacional pelas atividades do ASON, incluindo a disponibilização do corpo docente e de pessoal de apoio ao ensino.

O Curso consta do Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários/2011), tendo a parte teórica ministrada na Universidade PETROBRAS e a parte prática no CIAGA. Os recursos financeiros para a sua realização,

inclusive o auxílio financeiro mensal oferecido aos alunos, são provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (FDEPM).

Estiveram presentes na cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação, realizada nas instalações da Universidade PETROBRAS, o Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e



Dr. Ricardo Salomão, Gerente-Geral da Universidade PETROBRAS, assina o Termo de Cooperação.



Vice-Almirante Leal Ferreira destaca a importância do Termo de Cooperação assinado com a PETROBRAS.

Costas, o Contra-Almirante Rodolfo Frederico Dibo, Comandante do CIAGA, o Dr. Ricardo Salomão, Gerente-Geral da Universidade PETROBRAS, o Dr. Agenor César Junqueira Leite, Diretor de Transporte Marítimo da TRANSPETRO, além de outros representantes das Instituições e dos alunos do ASON.

Por ocasião dos tradicionais pronunciamentos alusivos ao evento, o Dr. Ricardo Salomão afirmou: “a PETROBRAS e a Marinha entendem que os recursos do País podem ser melhor aproveitados quando compartilhados. Não devemos competir na aquisição do conhecimento, mas sim compartilhá-lo”. O Vice-Almirante Leal Ferreira mostrou-se

entusiasmado com a parceria, incentivou os alunos a se aplicarem nos estudos, aproveitando a rica oportunidade oferecida pelo Estado, e colocou que a realização do Curso constitui uma das muitas iniciativas da Marinha com o propósito de incrementar o oferecimento de oficiais para as empresas de navegação brasileiras. Finalizando, o Dr. Agenor Junqueira discorreu sinteticamente sobre o aquecido mercado de trabalho para os oficiais de Marinha Mercante mencionando a carência hoje vivenciada, terminando por conclamar os alunos a realizarem o estágio supervisionado na

TRANSPETRO e futuramente participarem do seu quadro de marítimos.



Dr. Agenor César Junqueira Leite dirige-se aos participantes da cerimônia de assinatura do Termo de Cooperação.



Entrega de prêmios do Concurso Literário 20N Letícia Silva

Em 24 de março de 2011 foram entregues, no auditório da Diretoria de Portos e Costas (DPC), os prêmios aos vencedores do Concurso Literário 20N Letícia Silva.

Esse concurso tem o propósito de estimular a pesquisa e a escrita sobre assuntos relativos à história da Marinha Mercante Brasileira e da Marinha do Brasil, além da maior integração entre ambas e, ao mesmo tempo, incentivar o saudável hábito de ler e escrever.



10N Letícia Silva, idealizadora do concurso literário.

O concurso é destinado aos alunos das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) e aos aspirantes da Escola Naval. O tema escolhido foi "A Integração entre a Marinha Mercante Brasileira e a Marinha do Brasil".

A cerimônia de entrega de prêmios contou com as presenças do Vice-Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Diretor de Portos e Costas, do Vice-Almirante (RM1) Paulo José Rodrigues de Carvalho, do Contra-Almirante Leonardo Puntel, Comandante da Escola Naval, do Contra-Almirante Rodolfo Frederico Dibo, Comandante do CIAGA, do Contra-Almirante (RM1) Sérgio Antônio da Conceição Freitas, Gerente do Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo da DPC, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Alexandre Silveira Villela, Comandante do CIABA, do Capitão-de-Longo-Curso Sérgio de Moura, Presidente da Comissão Organizadora, além de componentes da Comissão Julgadora e alunos dos Centros de Instrução e da Escola Naval.

Na abertura do evento foram entregues as "Menções de Louvor" ao Oficial-Aluno Saulo, do CIABA e ao Aspirante Silva Martins, da Escola Naval, como reconhecimento aos seus esforços em conciliar os estudos e em equipes com as atividades extra-classe. Seus trabalhos foram classificados entre os nove finalistas do concurso.

Prosseguindo, a 10N Letícia Silva, idealizadora do concurso, prestou uma homenagem aos integrantes da Comissão Julgadora: Dr. Evanildo Bechara, Membro da Academia Brasileira de Letras, Sra. Nírcia Simão de Moura, Professora do CIAGA, Sra. Alessandra Encarnação, Professora da Escola Naval e Sr. Esmaelino Neves de Faria, Professor do CIABA, responsáveis pela avaliação dos nove melhores trabalhos, bem como a proclamação dos vencedores.



Da esquerda para a direita, Aluno Pedro (1º colocado), Aspirante Portugal (2º colocado), Vice-Almirante Leal Ferreira, Aluna Raquel Amorim (3ª colocada) e 1ON Letícia Silva.

Em seguida, foi procedida a entrega dos prêmios e do Troféu Letícia Silva aos vencedores do concurso:

- Aluno Pedro (CIABA), 1º colocado;
- Aspirante Portugal (EN), 2º colocado; e
- Aluna Raquel Amorim (CIAGA), 3ª colocada.

Encerrando a cerimônia, o Dr. Evanildo Bechara realçou a importância da língua portuguesa, falada por um país de dimensão continental como o Brasil, bem como por uma grande parcela da população mundial e o Vice-Almirante Leal Ferreira enalteceu a riqueza da língua portuguesa e parabenizou os vencedores e a idealizadora do concurso por estimular o hábito de ler e escrever nos jovens alunos dos Centros de Instrução e nos aspirantes da Escola Naval.



Dr. Evanildo Bechara, Membro da Academia Brasileira de Letras e integrante da Comissão Julgadora, realça a importância da língua portuguesa.



Simulador de Operações Comerciais Marítimas complementa a formação dos alunos no CIAGA

Dentre os diversos simuladores que contribuem para os cursos ministrados no Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) está o de Operações Comerciais Marítimas. Este simulador opera desde 1996 e é utilizado no Curso Especial de Operações Marítimas (ESOM), que tem como alunos, basicamente, os funcionários dos escritórios das empresas de navegação. Os cursos de formação, atualização e aperfeiçoamento de oficiais de Marinha Mercante também o utilizam, na parte prática da disciplina “Economia do Transporte Marítimo”.

O objetivo principal das aulas ministradas neste simulador é ensinar aos alunos todas as maneiras de otimizar os lucros da empresa ou organização em que trabalham. Sua estrutura é composta por oito cabines,

que comportam até três alunos cada, e uma sala de controle de onde o Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) Aldo Jóia Dias e o Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Gutemberg Bruno da Silva controlam os exercícios das simulações de “Transporte de Granéis Sólidos”, “Transporte de Granéis Líquidos” e “Transporte de Contêiner”.

As aulas se desenvolvem em três fases. Na primeira é apresentado um cenário contendo diversos navios e cargas, dentre os quais os alunos terão que escolher a combinação mais lucrativa, ou seja, que apresente o balanço financeiro mais favorável. Após escolhida a viagem, na segunda fase, são feitas as simulações desde o início do planejamento até o fechamento do contrato. Após estas etapas, o *software* do simulador gera um

modelo de contrato resumido. Durante a terceira fase, uma série de situações adversas são apresentadas ao longo da viagem, tais como atrasos, avarias no sistema elétrico do navio, entre outras, todas com o objetivo de treinar o aluno na solução de problemas.

Com o término de todas as simulações é gerado um relatório de fluxo de caixa, que apresenta os débitos e os créditos da viagem. A partir do lucro obtido se chega ao “grau” do aluno, que varia numa escala de zero a dez, e quanto maior



Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Gutemberg e Capitão-de-Mar-e-Guerra (Refº) Aldo Jóia controlam o exercício no Simulador de Operações Comerciais Marítimas.



Alunos da EFOMM realizam exercício em uma das cabines do simulador.

for o “grau”, melhor foi o desempenho do aluno nas fases da simulação.

O Capitão-de-Mar-e-Guerra (Ref^o) Aldo Jóia informou que os ensinamentos adquiridos durante as aulas no Simulador de Operações Comerciais Marítimas são levados para toda a vida profissional, principalmente para os comandantes dos navios, cujas decisões devem ser tomadas visando sempre minimizar os prejuízos que podem ocorrer em uma viagem.

Formatura do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM)



Vice-Almirante (RM1) Paulo José entrega o Certificado de Conclusão a um dos alunos do ACOM.

Em 25 de março de 2011, foi realizada, no Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA), a formatura dos 18 alunos que concluíram a 1ª fase do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM).

O curso se divide em duas fases. A primeira, de caráter teórico, foi realizada pelos alunos no período de 2 de agosto de 2010 a 25 de março do corrente ano, compreendendo 26 disciplinas. A segunda, eminentemente



prática, consiste no cumprimento do Programa de Estágio Supervisionado Embarcado (PREST), com a duração mínima de seis meses, o qual deverá ser concluído em até 12 meses após o término da fase teórica.

Após a conclusão das duas fases do ACOM, os alunos receberão o Certificado de Competência Modelo DPC-1031 e serão declarados Segundos Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante. Receberão, também, certificação, com limitações/restrições, para

operarem em águas brasileiras como Subchefes de Máquinas em embarcações de qualquer Kw de potência propulsora, na Navegação de Apoio Marítimo, na Navegação Interior e no Apoio Portuário.

O evento contou com as presenças do Vice-Almirante (RM1) Paulo José Rodrigues de Carvalho, Patrono da Turma, do Capitão-de-Mar-e-Guerra Alexandre Silveira Villela, Comandante do CIABA, além de professores e familiares dos alunos.



Vice-Almirante (RM1) Paulo José, Capitão-de-Mar-e-Guerra Villela e alunos do ACOM.

Departamento do Ensino Profissional Marítimo da Capitania dos Portos da Bahia é recomendado para receber o Certificado ISO 9001:2008

Dando continuidade ao programa de certificação dos Órgãos de Execução do Sistema do Ensino Profissional Marítimo na norma ABNT ISO 9001:2008, para atender à Regra 1/8 da Convenção STCW 78/95, o Departamento do Ensino Profissional Marítimo da Capitania dos Portos da Bahia foi

recomendado para receber o Certificado ISO 9001:2008.

Atualmente 13 Organizações Militares já implementaram um Sistema de Gestão de Qualidade nos seus setores do Ensino Profissional Marítimo, aperfeiçoando os processos voltados à execução dos produtos e elevando a satisfação dos clientes.



Capitania Fluvial do Pantanal ministra o Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público

De 14 a 18 de março de 2011, a Capitania Fluvial do Pantanal, Organização Militar subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval, realizou o Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público (ETSP) para militares do 17º Batalhão de Fronteira do Exército Brasileiro e para Policiais Federais, em Corumbá-MS. O propósito do curso é capacitar o aluno para tripular embarcações ou conduzir pequenas embarcações (de até 6 metros de

comprimento) de Órgãos Públicos extra-Marinha, empregadas na navegação interior.

O curso teve 35 alunos, sendo 29 militares do Exército Brasileiro e seis Policiais Federais de Corumbá. Foram ministradas aulas de Motor Propulsor, Nomenclatura da Embarcação, Legislação, Manobra da Embarcação, Segurança e Sobrevivência Pessoal, Comunicações, Estabilidade, Meteorologia e Navegação.



Alunos do Curso Especial para Tripulação de Embarcações de Estado no Serviço Público.



Capitania dos Portos da Amazônia Oriental forma aquaviários no município de Bragança

A Capitania dos Portos da Amazônia Oriental (CPAOR) realizou o Curso de Formação de Aquaviários – Módulo Especial (CFAQ-E), no período de 13 a 19 de abril de 2011, no município de Bragança, localizado no Estado do Pará, para 71 alunos.

O curso tem o propósito de capacitar o aluno para integrar a tripulação de embarcações ou conduzir pequenas embarcações, executando

manobras básicas da navegação com os conhecimentos técnicos mínimos para a realização de um tráfego aquaviário mais seguro, em respeito ao meio ambiente e à salvaguarda da vida humana.

No mesmo período, militares da CPAOR ministraram a palestra sobre “Escalpelamento” para os alunos do CFAQ-E.



Encerramento do Curso de Formação de Aquaviários – Módulo Especial.



Capitania dos Portos da Paraíba realiza prova seletiva para o Curso de Formação de Aquaviários

No dia 3 de abril de 2011, a Capitania dos Portos da Paraíba (CPPB) realizou, nas instalações da Universidade da Paraíba, uma prova escrita para avaliar e classificar os candidatos que disputaram vagas para o Curso de Formação de Aquaviários para Marítimos – Módulos II e III (CFAQ-II e III-M).

Neste ano, foram oferecidas 60 vagas, distribuídas por duas turmas de 30 alunos, nos meses de maio e julho, respectivamente.

Neste Processo Seletivo se inscreveram 2.115 candidatos. A prova foi de nível fundamental, contendo questões de português e matemática.



Militares da Capitania dos Portos da Paraíba aplicam prova seletiva para o Curso de Formação de Aquaviários.



42ª Sessão do Subcomitê de Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos



Foi realizada na Organização Marítima Internacional (IMO), no período de 24 a 28 de janeiro de 2011, a 42ª Sessão do Subcomitê de Padrões de Formação, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos (STW).

A reunião foi aberta pelo Secretário-Geral da IMO, Almirante Efthimios E. Mitropoulos, que fez comentários sobre os diversos temas constantes da agenda.

Um dos temas mais discutidos durante a reunião foi a "Validação dos Cursos Modelo da IMO". Em decorrência da adoção de emendas à Convenção STCW e ao seu código associado durante a Conferência Diplomática realizada em Manila, Filipinas, em 2010, foi iniciada pelo STW a revisão e elaboração de cursos modelo referentes aos seguintes assuntos: subalterno eletrotécnico, marítimo apto de máquinas, marítimo apto de convés, instrução de oficial eletrotécnico, instrução para conscientização dos marítimos para ações de proteção do navio, instrução de proteção do navio com funções designadas, instrução para operação do

ECDIS (Sistema de Informação e Apresentação em Carta Eletrônica) e oficial de proteção do navio. Em decorrência da Conferência Mundial de Rádio de 2007, também foi realizada a revisão dos cursos modelo referentes às certificações de Radioperador Geral de GMDSS e de Radioperador Restrito de GMDSS.

Espera-se que durante a próxima sessão do STW ocorra a validação de vários cursos modelo, o que implicará numa alteração significativa das certificações e dos cursos destinados aos oficiais e subalternos da Marinha Mercante.

Seguem as principais decisões tomadas pelo STW:

- foi aprovada a revisão das recomendações para a entrada em espaços fechados a bordo dos navios, referente à Resolução A.864 (20), apresentada ao STW pelo Subcomitê DSC;
- não foi aprovada a elaboração de procedimentos para responder a situações de emergência a bordo, tendo em vista que, de acordo com o Código ISM, tal assunto é de responsabilidade da companhia de navegação; e
- não foi aprovada a proposta para a interpretação unificada do termo "aprovado serviço em navegação em mar aberto", que pretendia estabelecer 24 horas para um dia de trabalho.



Seminário Regional da ROGRAM é realizado no Equador



Eng. Alejandro Martinez Moreno, Secretário-Geral da ROGRAM, faz a abertura do Seminário.

Promovido pela Rede Operativa de Cooperação Regional de Autoridades Marítimas da América (ROGRAM), foi realizado em Guayaquil, Equador, no período de 16 a 20 de maio de 2011, o Seminário Regional para a Gestão de Áreas Especiais referidas pela Convenção Internacional para a Prevenção da Poluição por Navios (MARPOL) e Áreas Marítimas Particularmente Sensíveis.

O Seminário teve os propósitos de esclarecer aos representantes dos Países-Membros da ROGRAM sobre a Gestão de Áreas Especiais (AE) e de Áreas Marítimas Particularmente Sensíveis (PSSA) e sobre as recomendações contidas nos instrumentos da Organização Marítima Internacional (IMO) para a implementação dessas áreas.

O evento contou com a participação de representantes da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O Seminário foi realizado por meio de palestras abordando a Convenção MARPOL, a Convenção Internacional para Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS) e as principais informações sobre a implementação e gestão de AE e PSSA. Durante as apresentações dos países sobre o assunto, as delegações participantes tiveram a oportunidade de conhecer a situação atual das PSSA existentes na América Latina, pertencentes ao Equador (Arquipélago de Galápagos), Colômbia (Ilha de Malpelo), Cuba (Arquipélago de Sabana-Camaguey) e Peru (Reserva Nacional de Paracas). Ao final, foram criados Grupos de Trabalho (GT) para a realização de exercícios simulados sobre a apresentação de propostas de PSSA à IMO, tendo, nessa oportunidade, um dos GT apresentado, como sugestão, a criação de uma PSSA na região de Abrolhos, no litoral brasileiro.



Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Tarcísio Alves de Oliveira e Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1-T) Marcos Zinezzi, representantes do Brasil no Seminário.

CONCLUSÃO

O Seminário possibilitou o conhecimento de aspectos relacionados à Gestão de AE e de PSSA, por meio das informações prestadas pelos participantes, responsáveis pela gestão dessas áreas em seus países, especialmente sobre a investigação ambiental e medidas de segurança associadas à navegação.

Os ensinamentos colhidos foram importantes para a obtenção da noção exata de quais áreas podem ou não ser consideradas como especiais, levando-se em conta os requisitos específicos estabelecidos pelos instrumentos da IMO. As apresentações dos países sobre

as PSSA existentes na América Latina possibilitaram o conhecimento das características, qualidades e medidas de proteção adotadas nessas áreas.

Foram reforçados os conceitos sobre vários instrumentos legais não vinculados à IMO no que se refere ao desenvolvimento e a ampliação da preservação do meio ambiente marinho, bem como sobre as regras contidas nas convenções MARPOL e SOLAS que visam, respectivamente, proteger o meio ambiente marinho dos efeitos da poluição e aumentar a segurança do transporte marítimo.



Participantes do Seminário Regional da ROCRAM.



Naufração do “Comandante Sales 2008”

Tribunal Marítimo

O naufrágio a seguir ocorreu na nossa Amazônia onde, anualmente, há uma incidência de Acidentes e Fatos da Navegação e cujos inquéritos instaurados pelas Organizações Militares, integrantes do Sistema de Segurança do Tráfego Aquaviário (SSTA), são encaminhados ao Tribunal Marítimo (TM), que numa fase posterior e processual são julgados.

Assim, começava a clarear o dia 4 de maio de 2008, cerca de 5h45, quando a embarcação “Comandante Sales 2008”, não inscrita na Capitania dos Portos e conduzida por mestre não habilitado, emborcou e naufragou parcialmente nas águas do rio Solimões, no município de Manacapuru, estado do Amazonas. Não houve danos ambientais, mas o saldo final foi doloroso com um total de 48 (quarenta e oito) vítimas fatais; posteriormente a embarcação foi recuperada.

No Inquérito do Acidente e Fato da Navegação (IAFN) instaurado pela Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC) foram colhidos os depoimentos de trinta e três pessoas, elaborado o Laudo de Exame Pericial, juntados o Laudo de Exame Pericial do Instituto de Criminalística do Estado do Amazonas, a cópia do Inquérito Policial da 1ª Delegacia Regional de Manacapuru, as cópias das Certidões de óbitos, Laudos e Exames Necroscópicos das vítimas.

Os depoimentos indicaram que a embarcação desatracou da comunidade Nossa Senhora de Fátima com destino a Manacapuru, transportando passageiros que retornavam de uma festa tradicional naquela localidade, era conduzida por pessoa não habilitada e

após cerca de quinze minutos passou a ser transportada por uma segunda pessoa também não habilitada e que teria ingerido bebida alcoólica.

Com velocidade excessiva e no intuito de reduzir o tempo de travessia, a embarcação cruzou o rio em frente ao canal de acesso à comunidade de Nossa Senhora de Fátima, trecho considerado perigoso em razão da grande incidência de rebojos, onde emborcou e naufragou parcialmente. Acrescenta-se ainda o fato de que a citada embarcação não possuía lista de passageiros, embora tivesse cerca de 85 a bordo.

A Procuradoria Especial da Marinha (PEM) ofereceu representação ao condutor no momento do acidente e deixou de representar contra o condutor inicial e proprietário, em face da extinção da punibilidade, em razão de seu óbito.

Conforme as conclusões dos Peritos, do Encarregado do Inquérito e da promoção da PEM, as causas determinantes do acidente foram o excesso de passageiros a bordo, as alterações estruturais realizadas na embarcação sem o acompanhamento de um responsável técnico, a falta de habilitação do condutor da embarcação e a ausência de material de salvatagem.

Inicialmente, a embarcação sinistrada, que possuía o nome “Galiléia”, não era inscrita e foi utilizada durante dezesseis anos no transporte de bois, quando teria sido vendida para um segundo dono e posteriormente a um terceiro, que decidiu reformá-la para transporte de pessoal e carga.



Embarcação "Comandante Sales 2008", parcialmente naufragada.

Na execução da obra foi acrescentado um convés superior, além de outras pequenas alterações, todas conduzidas pelo proprietário e carpinteiros navais locais, sem utilização de qualquer técnico-profissional e à revelia do conhecimento da Autoridade Marítima. A reforma da nova embarcação, já rebatizada com o nome de "Comandante Sales 2008" foi concluída há oito dias do acidente e teria feito, apenas, duas viagens antes do seu naufrágio.

Na sessão do dia 6 de maio de 2010, os juízes do Tribunal Marítimo acordaram por unanimidade em responsabilizar o condutor da embarcação, condenando-o à pena de multa no valor máximo previsto no art. 121, VII e § 5º, da Lei nº 2.180/1954, custas na forma da lei e oficiar a Diretoria de Portos e Costas quanto às infrações aos art. 11 e art. 22, inciso V do Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 (RLESTA), cometidas pelo proprietário da embarcação (conduzir

embarcação ou contratar tripulante sem habilitação para operá-la e descumprir qualquer outra regra prevista, respectivamente).

Ainda, como Medida Preventiva de Segurança, foi decidido que a embarcação deveria ser apreendida, sob custódia de Fiel Depositário, até que todas as irregularidades apontadas pelo Representante da Autoridade Marítima fossem sanadas.

Embora este acidente tenha características semelhantes a outros, que ocorreram no passado, é sempre importante enfatizar o árduo e amplo trabalho desenvolvido pelas nossas Capitânias dos Portos, Delegacias e Agências em prol da segurança da navegação, das vidas humanas e da prevenção da poluição hídrica. Nunca é demais lembrar que a imprudência é causadora de muitos sinistros naquela região, onde se constata, por exemplo, que o hábito de não usar o colete salva-vidas é responsável pela perda de muitas vidas humanas.

Uma permanente conscientização daqueles que por necessidade de locomoção, lazer ou trabalho utilizam-se das nossas vias navegáveis, aliada ao fiel cumprimento das regras estabelecidas pela Autoridade Marítima, certamente em muito contribuirão para a redução dos acidentes que ocorrem não só na Amazônia, como em todo o nosso litoral.



A Amazônia Azul



O território marítimo brasileiro tem cerca de 3,6 milhões de km². O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU), a extensão dos limites de sua Plataforma Continental, além das 200 milhas náuticas (370 km), correspondente a uma área de aproximadamente 900 mil km². Caso seja aceita a proposta brasileira, o mar territorial, somado à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e à extensão da Plataforma Continental, representará uma área marítima com quase 4,5 milhões de km², o que corresponde a mais da metade do território terrestre nacional ou, ainda, comparando as dimensões, a uma nova Amazônia. Em outras palavras, a nossa última fronteira “está sendo traçada no mar”.

É o que a Marinha vem chamando de Amazônia Azul, na tentativa de alertar a sociedade brasileira sobre a importância, não só estratégica, mas também econômica, do imenso mar que nos cerca. Por ele circula aproximadamente 95% do nosso comércio

exterior (importações e exportações), cujo valor total alcançou, em 2010, US\$ 383,5 bilhões.

A grande maioria dos bens que importamos e exportamos é transportado por navios de outras bandeiras. Isso demonstra a necessidade de se ampliar ainda mais o setor marítimo brasileiro, principalmente a frota nacional de transporte de carga. O que nos anima, sobre esse aspecto, é que as atividades de pesquisa e exploração de petróleo no mar e a descoberta de novas jazidas de petróleo e gás na camada do pré-sal possibilitou a alocação de grandes investimentos em estaleiros, voltados para a construção de numerosos navios petroleiros e de apoio marítimo. O crescimento da navegação de interesse nacional também se reflete positivamente no nosso transporte de cabotagem, contribuindo em muito para a ampliação da nossa frota de porta-contêineres.

Das plataformas localizadas na ZEE, e, portanto na Amazônia Azul, extraímos aproximadamente 85% da nossa produção de petróleo, cerca de 2 milhões de barris/dia, o que, somente no mês de dezembro de 2010, representou uma importância da ordem de US\$ 5,4 bilhões.

No setor pesqueiro, outra grande riqueza potencial da nossa Amazônia Azul, temos que, além de impedir a pesca ilegal na nossa ZEE, melhorar em muito a nossa produtividade, o que, além de gerar empregos, possibilitará o aumento das exportações, trazendo divisas para o País, evitando, ainda, que, conforme determina a



Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, sejamos obrigados a permitir que outros Estados explorem essa riqueza que é nossa.

O potencial econômico da Amazônia Azul não se esgota nas três atividades acima mencionadas. Poderíamos citar ainda o turismo marítimo, os esportes náuticos e a

exploração dos nódulos polimetálicos existentes no leito do mar.

Mas as responsabilidades do nosso País no Atlântico Sul não se limitam à Amazônia Azul. De acordo com a Convenção Internacional sobre Busca e Salvamento Marítimo, também ratificada pelo Brasil, temos o compromisso de realizar operações de busca e salvamento em uma extensa área marítima, que avança pelo oceano Atlântico, ultrapassando, em muito, os limites da Amazônia Azul.

Não parece lógico, nem prudente, descuidarmos dos diversos componentes do nosso Poder Marítimo, e muito menos deixar de alocar à Marinha do Brasil os recursos e os meios navais e aéreos necessários para que ela possa não só atuar na vigilância e na proteção desse imenso patrimônio, mas também honrar os nossos compromissos internacionais.

